

Tabela 2. Proposta de lei para fazer alterações nas Áreas de Preservação Permanente do “Código Florestal” (Lei 12.651/2012) e seus principais impactos negativos esperados principalmente sobre os ecossistemas do Brasil.

Conta	Câmara legislativa	Situação	Descrição	Mudanças	Exemplos de impactos negativos esperados
Lei Proposta 5650/2016	<i>Câmara dos Deputados</i>	Em andamento	“Autoriza o plantio de erva-mate em Área de Preservação Permanente em pequenas propriedades ou posses rurais familiares” (Brasil 2016).	<i>Permite o cultivo de Ilex paraguariensis em Áreas de Preservação Permanente</i>	No cultivo de <i>Ilex paraguariensis</i> , os produtores podem usar fertilização com nitrogênio e fósforo (por exemplo, Alves et al. 2017). Além disso, há atividades humanas (por exemplo, colheita) em uma área que terá majoritariamente uma única espécie (ex.: erva-mate). Os principais efeitos negativos esperados são a poluição dos corpos d’água (com nutrientes), pisoteamento vegetação não alvo e simplificação de habitat.
Proposta de Lei 7592/2017	<i>Câmara dos Deputados</i>	Suspenso	“Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para incluir a construção de hospitais e escolas entre as atividades consideradas de interesse social para fins de supressão de Área de Preservação Permanente” (Brasil 2017).	<i>Permite intervenção (incluindo remoção de vegetação) em Áreas de Preservação Permanente.</i>	<i>Intervenção em regiões ribeirinhas resulta em desmatamento, erosão e assoreamento, poluição, aumento da luminosidade dos cursos d’água (Mittermeier et al. 1990; Thomaz et al. 2021; Ottoni et al. 2023). Espera-se que esses efeitos negativos aumentem se o projeto de lei for desarquivado e aprovado.</i>
Proposta de Lei 1.282/2019	<i>Senado</i>	Em andamento	“Altera o Código Florestal para permitir, em áreas de preservação permanente de imóveis rurais, a construção de reservatórios de água para projetos de irrigação e a infraestrutura física a ela associada” (Brasil 2019a) .	Facilitar a construção de barragens para irrigação dentro das APPs.	<i>Veja a seção “Ameaças à biodiversidade” deste artigo.</i>
Lei Proposta 1731/2019	<i>Senado</i>	Em andamento	“Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da	<i>Permitir a agricultura e o presença de</i>	<i>Intervenção em regiões ribeirinhas resulta em desmatamento, erosão e assoreamento, poluição, aumento da luminosidade dos cursos d’água</i>

			vegetação nativa e dá outras providências, para dispor sobre normas sobre ocupação de Áreas de Preservação Permanente (APP)” (Brasil 2019b).	<i>casas dentro dos limites de uma Área Permanente</i>	(Mittermeier et al. 1990; Thomaz et al. 2021; Ottoni et al. 2023). Espera-se que esses efeitos negativos aumentem se o Projeto de Lei for aprovado.
Proposta de Lei 2510/2019	<i>Câmara dos Deputados</i>	<i>Aprovada - Agora Lei 14.285/2021</i>	“Altera a Lei nº 12.651, de 25 Maio de 2012, para dispor sobre áreas de proteção permanente no perímetro urbano e nas regiões metropolitanas” (Brasil 2019c).	<i>Permite reduzir a largura da Área de Preservação Permanente no perímetro urbano</i>	<i>Intervenção em regiões ribeirinhas resulta em desmatamento, erosão e assoreamento, poluição, aumento da luminosidade dos cursos d’água</i> (Mittermeier et al. 1990; Thomaz et al. 2021; Ottoni et al. 2023). Espera-se que esses efeitos negativos aumentem com a aprovação da lei 14.285/2021 (Azevedo-Santos et al. 2023).
Proposta de Lei 2168/21	<i>Câmara dos deputados</i>	Em andamento	“Altera a Lei 12.651/2012, para considerar de utilidade pública as obras de infraestrutura de irrigação e de abeberamento de animais” (Brasil 2021a).	Facilitar a construção de barragens para irrigação e para consumo animal dentro das <i>Áreas de Preservação Permanente</i>	<i>Veja a seção “Ameaças à biodiversidade” deste artigo. Áreas utilizadas para criação de gado estão sujeitas à poluição fecal</i> (Souza et al. 2006). Portanto, este também é um impacto negativo esperado caso o Projeto de Lei seja aprovado.
Proposta de Lei 399/2022	<i>Câmara dos deputados</i>	Em andamento	“Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para tornar as áreas destinadas à irrigação de utilidade pública e interesse social” (Brasil 2022).	Facilitar a construção de barragens para irrigação	<i>Veja a seção “Ameaças à biodiversidade” deste artigo.</i>

Observação: a suspensão do processamento não garante que o processamento não será retomado ou que outra lei semelhante não será proposta.